



## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 1.978.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 159 e 160/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n.ºs:

**45/78:** Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o "Seminário Menor São Francisco de Paulo", com sede e foro na cidade de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o número 7.030.— **Agradeça-se.**

**121/78:** Do Poder Executivo que encaminha anteprojeto de lei que objetiva alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7.031.— **Agradeça-se.**

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os signatários deste, líderes das bancadas partidárias representadas nesta Casa, requerem da Mesa, que submeta ao Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo I.

Requerem, também, desde que aprovado o presente, que do fato, dê-se ciência à Nunciatura Apostólica, em Brasília.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho, Líder do M.D.B. e  
Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a inclusão em ata, de um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor BRUNO ANTÔNIO MARUSSIG, nesta Capital.

Outrossim, solicita-se que, da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, a rua Francisco Torres, 650 — apartamento 141 e ao Senhor Prefeito Municipal de Capanema.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

##### JUSTIFICATIVA:

O Senhor BRUNO ANTÔNIO MARUSSIG, membro de tradicional família paranaense, foi dos mais prestantes cidadãos, dedicando toda a sua vida, ao trabalho comunitário.

Irmão do Prefeito Municipal de Capanema, funcionário aposentado do Banco do Brasil, genitor do Engenheiro RAIMUNDO BRUNO MARUSSIG, deixa à família e a quantos o conheceram, um exemplo de vida digna e laboriosa, a par de uma grande lacuna pela sua ausência.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Agostinho Szatkoski, ocorrido na cidade de Reserva.

O extinto era ex-Prefeito daquela cidade, e o seu passamento causou profunda consternação em nossa comunidade.

Requer, igualmente, que deste ato seja participado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1978.

(a) David Federmann.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Ministro HERMES LIMA, que exerceu as funções de Presidente do Conselho de Ministros do Parlamento Brasileiro, em 1.962.

Hermes Lima, que completaria setenta e seis anos em dezembro, ocupava, atualmente, a cadeira número sete da Academia Brasileira de Letras.

Político, jornalista, escritor, HERMES LIMA iniciou sua vida profissional em 1.920, como redator dos jornais "O Imparcial" e "Diário da Bahia", de Salvador. Em 1.925, alcançava a livre docência nas cadeiras de sociologia do Ginásio da Bahia. Ainda naquele ano, era eleito deputado estadual pela Bahia e exercia as funções de secretário e oficial de gabinete do governo baiano de Goês Calmon.

Em 1.926, seguia para São Paulo, onde conseguiu também a livre docência da cadeira de direito constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo e passava a atuar como redator dos jornais "Correio Paulista", "Folha da Manhã" e "Folha da Noite". Em 1933,— um ano depois de passar a assistente

de ensino de sociologia geral do Instituto Caetano de Campos — passava a livre docente da cadeira de introdução ao direito da Universidade do Brasil. Ao mesmo tempo, iniciava as suas contribuições ao jornal "Diário de Notícias", do Rio de Janeiro e publicava seu primeiro livro, "Introdução à Ciência do Direito".

Depois de publicar seu segundo livro "Problemas de Nosso Tempo", em 1.937 — e de passar a colaborar com o jornal Correio da Manhã e a dirigir a Escola de Economia e Direito da Universidade do Rio de Janeiro, HERMES LIMA escreveu ainda "Tobias Barreto, a Época e o Homem", em 1.945.

No ano seguinte, conseguia seu segundo cargo eletivo quando passou a ocupar uma cadeira de deputado federal pelo então Distrito Federal à Assembléia Constituinte, onde foi membro da comissão organizadora do anteprojeto da constituição de 1.946.

HERMES LIMA foi ainda chefe do Gabinete Civil da presidência da República do governo de João Goulart entre 1.961 e 1.962, quando foi nomeado Ministro do Trabalho e Previdência Social do gabinete presidido pelo professor Francisco Brochado da Rocha. A 18 de setembro de 1.962, HERMES LIMA era designado presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Relações Exteriores. No ano seguinte, era nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. HERMES LIMA foi ainda, membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília e do Conselho Federal de Educação. Participou também como delegado brasileiro às VI, VII, XII e XV sessões da Assembléia Geral da O.N.U., além de ser delegado à XI Conferência Interamericana em Caracas e membro da delegação do Brasil, à Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos em Buenos Aires, em 1.957.

HERMES LIMA escreveu ainda "Lições da Crise" (1.955), "Idéias e Figuras" (1.957), "Variações Críticas sobre o Nacionalismo", (1.958) e "Travessias" (1.974), que é um livro de Memórias. Sua obra literária valeu a eleição para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a cadeira número sete, substituindo a Afonso Pena Júnior.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.978.

(a) Accioly Neto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do Senhor DIRCEU SALDANHA MUNIZ, membro de tradicional família de União da Vitória, um líder dos mais destacados, cujo espírito queremos ressaltar.

Requer ainda, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, à Rua T. Soares, n.º 536, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.978.

(a) Domício Scaramella.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de um voto de regozijo, pelo transcurso, em data de amanhã, do 55º aniversário da Associação Comercial de Paranaguá, entidade que desde a sua fundação, ocorrida em 4 de outubro de 1.923, vem prestando relevantes serviços e à qual devem ser creditadas as grandes conquistas, na área econômica, daquele tradicional município paranaense.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à Associação Comercial de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.978.

(a) Accioly Neto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de que determine o aceleração do programa de eletrificação rural no Município de Palmeira, como reivindicação nossa já anteriormente feita e cumprida apenas em parte, devendo, prioritariamente, ser atendida a localidade de Vieiras, daquele município, considerando a sua importância no que diz respeito a sua economia e população e, mais porque, tal obra, já é esperada desde o ano de 1.976, quando da passagem ali, de autoridades estaduais, inclusive as responsáveis pelo setor.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1.978.

(a) Lineu Turra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, General Alcindo Pereira Gonçalves, expediente consubstanciado em veemente apelo, no sentido de ser determinado através daquela Pasta, a instalação, com urgência, de uma Sub-Delegacia Policial no Distrito de Imbaú (Cirol), Município de Telêmaco Borba.

A fim de melhor atender aquela região, e dar combate preventivo policial, sugere-se que tal Sub-Delegacia seja instalada anexa ao Posto de Polícia Rodoviária, e equipada com rádio de linha telefônica direta para a sede das IKPC-Delegacia de Telêmaco Borba.

O presente apelo se fundamenta no reclamo da população daquele Distrito, que face a sua localização geográfica, se vê constantemente ameaçada por assaltos e também será um meio de melhor controlar o fluxo que trafega pela Rodovia do Café, na prevenção policial da região Norte do Estado.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1978.

(a) David Federmann.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, General Alcindo Pereira Gonçalves, consubstanciado em veemente apelo no sentido de ser determinada através daquela Pasta, a instalação de dois postos policiais, um no Conjunto Residencial Mercúrio e outro no bairro do Jardim das Américas, em nossa Capital.

Tal solicitação se faz, visando atender ao grande número de residentes daqueles bairros de nossa Capital, que estão a exigir das autoridades policiais, maiores atenções a fim de proporcionarem às suas famílias tranquilidade e segurança.

Atualmente, o Posto Policial que atende aquela área, está localizado no Distrito do Cajuru, ocasionando sérias dificuldades quando de sua solicitação.

Com a instalação dos Postos pretendidos, serão atendidos os moradores dos seguintes bairros: Jardim Santa Bárbara; Jardim das Américas; Vila Oficinas; Centenário; Conjuntos Residenciais Mercúrio e Solitude, além de outros núcleos que por ali estão a se formarem.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1978.

(a) David Federmann.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura e ao digníssimo Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja determinada a construção de um colégio estadual, para funcionamento da 5ª a 8ª série, no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.978.

(a) Alfredo Gulin.

## JUSTIFICATIVA:

Ibema, é um distrito que vem crescendo muito nos últimos anos, e conseqüentemente o número de alunos.

E tendo em vista que a maioria daqueles moradores possui um baixo poder aquisitivo, e por isso não tem condições que lhe permita freqüentar a Escola da Comunidade, e considerando principalmente que esse número de alunos gira em torno de mil e duzentos, então se faz necessária e urgente a construção de um colégio, mantido pelo Estado.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a criação da 5ª a 8ª série do 1.º Grau, período noturno, em uma das escolas localizadas no Bairro do Pinheirinho.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.978.

(a) Alfredo Gulin.

## JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico do Bairro do Pinheirinho, tem surpreendido até mesmo os moradores do mesmo, os quais formaram uma Comissão e deliberaram em solicitar o apoio das autoridades constituídas, no sentido de que seja criado um curso noturno da 5ª a 8ª série, antigo ginásio, principalmente porque há um grande número de interessados em fazer o referido curso, no entanto, porque a grande maioria trabalha durante o dia, não lhes sendo possível prosseguir em seus estudos, pela dificuldade que encontram para se deslocarem a escolas mais distantes durante o período noturno.

Se fosse criado tal turno, propiciaria àqueles que trabalham durante o dia, condições de melhorarem seu nível de escolaridade e assim prosseguirem, adquirindo possibilidades, em conseqüência de melhoria de nível de vida.

Desta forma, como se trata de uma questão educacional, alicerce do nosso desenvolvimento, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a reconstrução de 2 (duas) salas de aula no Grupo Escolar de Faxinal de São João em Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.978.

(a) Alfredo Gulin.

## JUSTIFICATIVA:

A escola em questão, já possui 2 (duas) salas de aulas, as quais, entretanto, encontram-se em precaríssimas condições, ameaçando mesmo ruir, estando as portas quebradas, o assoalho

caindo, o teto completamente apodrecido, além de inúmeros outros problemas que colocam em risco a vida de duzentos alunos que a freqüentam.

Assim, é necessária a urgente intervenção das autoridades competentes, a fim de que os alunos não tenham as suas aulas interrompidas por causa das condições das salas, onde funcionam da 1ª a 4ª série do 1.º Grau.

Além disso, a escola mais próxima, fica a quilômetros de distância daquele local, sendo praticamente impossível àquelas crianças se deslocarem até outra escola para assistirem as aulas.

Diante do exposto, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela primeira vez, em todo o Brasil, está sendo comemorada a Semana de Extensão Rural.

Tal evento, não poderia deixar de ser registrado por este Legislativo, uma vez que cabe à Extensão Rural, a maior parcela de responsabilidade para o desenvolvimento sócio-econômico do agricultor brasileiro.

Aqui no Paraná, é a ACARPA — ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ, vinculada à Secretaria de Agricultura e associada à EMBRATER — EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, através de seus programas de Bem Estar Social e através da assistência técnica à agropecuária.

Hoje, mais de novecentos técnicos vêm acompanhando de perto as atividades do setor primário, considerado, ainda, o pilar de nosso desenvolvimento, nem sempre enfrentando dias felizes.

Recentemente tivemos uma seca e geadas que afetaram, de maneira dramática, nossas lavouras.

No entanto, o Paraná está sobrevivendo de maneira heróica, até, pois, felizmente, temos como apoio a boa vontade e a força de trabalho, renovado a cada dia, fazendo com que nosso Estado se projete cada vez mais, de maneira significativa, no cenário nacional.

Exemplo disso, são os índices de produtividade em lavouras orientadas, que sobreviveram às intempéries.

No Município de Piên, não muito distante de Curitiba, a assistência técnica permitiu ao produtor Nildon Grossi, alcançar uma produtividade de oito mil, oitocentos e trinta e três quilos de feijão por hectare, quando a média do Estado não atinge mais que oitocentos quilos.

Outro exemplo vem do Oeste do Estado, onde o agricultor Oliveira Ruela Oliveira, radicado em Assis Chateaubriand, produziu três mil, setecentos e quarenta e cinco quilos de trigo por hectare, enquanto a média não ultrapassa de novecentos e setenta quilos.

Estes e outros resultados que são de nosso conhecimento, só se tornaram possível, graças à ação dos extensionistas, que há mais de duas décadas, vem auxiliando nosso homem do campo, a plantar com tecnologia.

Todo ano, comprovadamente, centenas de agricultores descobrem significativos resultados da utilização da tecnologia. Isto, resulta aumento de produção agrícola, melhora da qualidade de vida da população rural, crescimento do Valor Bruto da Produção e das arrecadações do ICM. Representa mais ainda. Representa que hoje o Paraná é responsável por vinte e cinco por cento das exportações brasileiras no setor agrícola.

A Extensão Rural, começou no Paraná, em 1.956, com apenas vinte e seis técnicos que, enfrentando as difíceis estradas e a natural recusa dos agricultores, conseguiram atender neste primeiro ano, cerca de duas mil e vinte famílias. Até

1973 seu crescimento não foi significativo, quando o número de técnicos pulou de cento e noventa e cinco, para trezentos e doze.

O grande crescimento deu-se, no entanto, a partir de 1975, graças ao apoio do Governo Federal e Estadual, através da EMBRATER. Já em 1976, o número de técnicos aumentou para seiscentos e sessenta e cinco, que atuavam em mais de duzentos municípios, através de cento e cinquenta e nove escritórios regionais.

Essa força de trabalho assistiu, em 1976, a cento e oitenta mil famílias rurais, em mais de vinte projetos diferentes, indo da assistência ao pescador artesanal, até ao grande produtor de soja, trigo e café.

Hoje, são novecentos técnicos em duzentos escritórios, cobrindo duzentos e noventa municípios, ou seja, todo o Estado do Paraná.

Analisando os resultados globais da ACARPA, cerca de duzentos e quinze mil, duzentos e noventa e nove pessoas assistidas nas culturas e criações, em bem estar social e nos programas suportes, geraram uma produção com valor de nove bilhões e oitocentos e quarenta milhões de cruzeiros, ou seja, vinte e um por cento a mais, que seriam obtidos sem o uso da tecnologia.

O excedente de um bilhão de setecentos e vinte milhões de cruzeiros, por sua vez, gerou um ICM de duzentos e vinte e três milhões de cruzeiros, enquanto o custo de operacionalização da ACARPA foi de cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros. Em outras palavras, para cada cruzeiro investido no ano passado, tanto em projetos de cunho econômico, social como de infra-estrutura, houve um retorno de um cruzeiro e quarenta e cinco centavos, somente do ICM, aplicado ao resultado dos projetos agropecuários.

Estes resultados vêm provar que a Extensão Rural é um programa de características eminentemente educativas, mas que geram expressivos retornos, a curto prazo. É por tudo isso que não podemos deixar passar em branco, o evento que vai comemorar o trabalho tão dignificante, em prol do desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O atendimento aos necessitados se constitui numa forma de desprendimento que leva o indivíduo a encontrar a verdadeira realização pessoal.

Neste espírito, há décadas passadas, um grupo de idealistas resolveu constituir em Curitiba, a Sociedade Evangélica Beneficente, e os ideais que foram propostos se concretizaram com o estabelecimento do Hospital Evangélico de Curitiba.

O empreendimento contou com a colaboração de respeitáveis nomes da sociedade curitibana que, independentemente da denominação religiosa, compreenderam o grande objetivo.

Posteriormente, o Hospital Evangélico de Curitiba, criou o chamado Hospital de Queimados. Esse Hospital, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o único do Paraná nesta especialidade, está atendendo hoje, elevado número de pacientes, geralmente originários das camadas mais humildes da população, os quais não têm recursos para custear as despesas elevadas que diariamente se verificam.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Hospital Evangélico de Curitiba e o Hospital de Queimados, que faz parte do complexo, tem sido mantidos à custa da colaboração espontânea de muitos que se dispõem a fazer a sua parte, neste grande ministério.

Agora com a primavera, uma campanha especial é realizada. Uma campanha que tem grandes repercussões na área econômica, porque o Hospital Evangélico está entregando a

todos os colaboradores, em exemplar, uma muda do nosso pinheiro nativo. Desta maneira, se pretende o reflorestamento de algumas áreas do Estado do Paraná, colaborando para o equilíbrio ecológico que está tão ameaçado, segundo as conclusões daqueles que se dedicam às análises da nossa situação econômica e geográfica.

Não podia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de deixar de registrar esse acontecimento, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, como entusiasta colaborador da Sociedade Evangélica Beneficente conclamando os Senhores Deputados a que dêem a sua colaboração no aspecto moral, no aspecto financeiro, para que milhares e milhares de crianças, de pessoas necessitadas, de velhos, possam receber o devido amparo, no momento em que eles tanto estão necessitando.

Finalizando, devo dizer que no ano de 1977, o Hospital Evangélico de Curitiba, atendeu elevadíssimo número de indigentes, dispendendo um total de Cr\$ 4.733.087,11, no atendimento a esses casos que foram ali encaminhados; e, somente no primeiro semestre de 1978, atendeu, o Hospital Evangélico, indigentes com gastos na ordem de três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) — A Presidência concede um minuto para Vossa Excelência encerrar.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço, Sr. Presidente.

Assim, para que o déficit seja minimizado, imperioso se faz o apoio de todos aqueles de boa vontade que compreendam o significado daquela obra que está sendo, com amor fraternal, desenvolvida. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares) — Com a palavra o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é sabido, está em vias de julgamento na alta esfera da Justiça, no Supremo Tribunal Federal, a arguição de inconstitucionalidade de adicionais referentes ao artigo 70, da Carta Constitucional que beneficia o servidor público de nosso Estado. E para evitar que o funcionário público seja colhido de surpresa, juntamente com o nobre Deputado Ivo Thomazoni e adesão de vinte Senhores Deputados, estamos propondo uma emenda constitucional, que é vazado nos seguintes termos: (Lê)

#### "PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ

O artigo 70 da Constituição do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 — O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar trinta e cinco por cento.

II — ao completar vinte e cinco anos de exercício à incorporação da sexta parte sobre seus vencimentos integrais, para todos os efeitos.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1978.

(a) Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO: Manoel Gaona, Ivan Rüppel, Waldenício Barbalho, Renato Bernardi, Deni Schwartz, Lineu Turra, Basílio Zanusso, Quielse Crisóstomo, Paulo Camargo, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Accioly Neto, Augusto Carneiro, Otássio Pereira, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, José Domingos Scarpelini, Enéas Faria e Osvaldo Macedo.

#### JUSTIFICATIVA:

Em agosto de 1976, tomamos conhecimento de Representação promovida pelo Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República, junto ao Excelso Supremo Tribunal Federal

vísando a declaração de inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70 de nossa Constituição.

Esse dispositivo concede aos funcionários públicos do Estado, o direito à percepção de adicionais de 5% (cinco por cento) ao completarem 30 anos de serviço, e igual quantia por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Ainda que a Emenda Constitucional houvesse se limitado a repetir o dispositivo similar àqueles contidos no artigo 152 da Constituição de 12 de julho de 1947 e artigo 67 da Carta Magna de 08 de maio de 1967, consagrando uma norma que vem sendo mantida há mais de 25 anos em favor dos servidores públicos do Paraná, a ameaça ainda persiste.

Tendo como principal objetivo sanar esse angustiante problema que aflige essa laboriosa classe, estamos apresentando a presente Emenda.

Levando-se em consideração que um funcionário regido pelo sistema ora em vigor terá um acréscimo acumulado máximo de 62,88%, enquanto que pelo sistema proposto atingirá um teto de 56,44% ao completar 35 anos de serviço, a situação atual não sofrerá radical transformação.

Por outro lado, a fórmula proposta virá ao encontro de antiga aspiração das funcionárias mulheres, magistrados, membros do Ministério Público e de outras classes de servidores com direito à aposentadoria com 30 anos de serviço, os quais, atualmente, são obrigados a permanecer em exercício após completarem o tempo para aposentadoria, para poderem alcançar integralmente os benefícios dos adicionais, os quais se acumulam de ano em ano, em distribuição não muito justa.

O modelo adotado é similar ao da Constituição de São Paulo, cujo artigo 92 de sua Carta Magna já passou pelo crivo da Procuradoria Geral da República, segundo se depreende da Representação de Inconstitucionalidade n.º 753, que aborda, entre outros dispositivos as normas contidas no seu inciso II, alíneas "a" e "b", taxados de inconstitucionais, enquanto que nada se arguiu contra o inciso VIII daquele mesmo artigo 92, onde estão assegurados aos servidores públicos paulistas a incorporação de adicionais de 5% (cinco por cento) de cinco em cinco anos de exercício.

Podemos adiantar que idêntica norma vem sendo adotada no Estado do Acre e possivelmente em outras unidades da Federação, pois, a maior parte das Constituições Estaduais deixam o assunto em aberto para ser tratado através de Leis Ordinárias.

Aprovando a presente Emenda, estaremos assegurando aos nossos servidores públicos, além de uma aposentadoria mais condigna aos trinta anos de serviços, mais a tranquilidade de que, por ora, estarão afastados da ameaça que pesa sobre a continuidade da concessão dos adicionais atualmente pagos após trinta anos de exercício, devendo levar-se em consideração que, igualmente, estaremos escudados por norma semelhante àquela contida no artigo 92, inciso VIII, da Constituição de São Paulo, tida como modelo, dada a renomada e respeitável equipe de juristas que participaram na sua elaboração.

Aos funcionários com mais de trinta anos de serviço deverá ser assegurado o direito de opção por um dos sistemas, bem como respeitados os direitos já adquiridos, segundo regulamentação que será procedida nos dispositivos correspondentes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado".

Esta, naturalmente, Sr. Presidente, é uma das mais justas reivindicações ou emendas propostas depois da chamada lei mineira, ou contagem recíproca, para que o funcionário, mormente esses que podem se aposentar aos 30 anos de serviço. Já é uma proposição que havíamos anunciado há muito tempo e que chega agora a oportunidade de apresentarmos, tendo em vista o acurado trabalho que nos deu para compilação de dados, trazemos aqui esta proposta de emenda constitucional.

Eu também quero propor, Sr. Presidente, nesta oportunidade, uma substituição ou um substitutivo ao artigo 1.º, des-

te projeto que está tramitando hoje, projeto de lei que tramita hoje sobre os D.A.S. que nós temos apelidado aqui de "Deassezados". Então é a seguinte: "O artigo 1.º, passa a ter por esta nossa emenda, a seguinte redação: (Le):

"EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 120/78

Substitua-se o artigo 1.º pelo seguinte:

"Art. 1.º — O cargo de Diretor da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça e os de Assessor Técnico Legislativo, Assessor Técnico Administrativo e Assessor Técnico Jurídico, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, passam a ter os vencimentos do símbolo D.A.S.-3, e o de Secretário da Presidência do Tribunal de Justiça, o vencimento do símbolo D.A.S.-5, todos da simbologia instituída pela Lei n.º 6.996, de 12 de abril de 1978".

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

#### JUSTIFICATIVA:

A lógica, neste projeto de lei, seria substituir-se o art. 1.º a fim de fazer constar apenas o cargo da Procuradoria Geral da Justiça na simbologia DAS-3, pois, os demais, conforme aquilo que prevíamos quando aqui tramitava o Projeto que se transformou na Lei n.º 12/78, mais parece uma manobra de alguns DEASSEZADOS para aumentar seus vencimentos, pois, seus colegas lotados em cargos idênticos, nas demais Secretarias de Estado, continuam a perceber seus vencimentos pela simbologia anterior, ou seja, 1-C.

Por outro lado, a emenda ora proposta, tem como objetivo corrigir mais uma falha verificada em anteprojeto oriundo do Palácio Iguaçu, no qual a "Assessoria da Instância Especial Qualificada" de que trata o presente Projeto deixou passar ao elaborar o "intocável" Projeto de Lei que procedeu alteração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça (Lei nº 7.031/78).

Ocorre que, na Lei n.º 7.031, de 15 de setembro de 1978, entre outras falhas gritantes, deixou de constar a simbologia do cargo de Secretário da Presidência, conforme se depreende de seu Anexo I, cuja cópia anexamos à presente.

Tratando-se de Projeto de Lei que atribui nova simbologia a diversos cargos, a oportunidade parece-nos propícia para corrigir-se a falha apontada."

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares). — Antes de passar ao Grande Expediente, a Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste Plenário, de uma Comissão que veio tratar da Rodovia Santa Teresa, Capitão Leônidas Marques, assim constituída: Sr. Eduardo Ballaroti, Armando Copetti, Leandro Fermo, Agenor Lombardo e Walmor Leminski.

Encerrado o Pequeno Expediente, para falar no Grande Expediente, concedo a palavra ao eminente Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de indagar de V. Ex.ª se consta da Ordem do Dia o projeto de autoria do Deputado Accioly Neto, com relação ao cancelamento das punições dos Srs. Professores?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Roberto Soares). — Não, Sr. Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, a nossa indagação é em face de um posicionamento que nós deveremos manter nesta Casa, porque nós aqui temos dado respaldo como V. Ex.ª é testemunha, a todos os projetos e mensagens oriundos do Poder Executivo. Mas nós não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dar respaldo a determinados projetos que beneficiam determinadas classes, e deixar de apoiar outras classes.

Para nós, o que interessa é o Paraná e o povo como um todo. Portanto, Sr. Presidente, nós queremos dizer, que continuamos mantendo a nossa posição na Casa, solicitando "quo-

rum" para a votação das matérias, enquanto não for solucionado o problema com relação aos professores, que foram punidos por atos discricionários do Poder Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ocupamos a tribuna no dia de hoje, no Grande Expediente, para ler a carta do eminente Gal. Hugo de Abreu, que julgamos um esclarecimento muito importante para a Nação. E nós gostaríamos de fazê-lo, Sr. Presidente, começando ler esta carta, começando pelo fim. Dizendo o que ela diz, referindo-se à afirmação de Lincoln: "Uma Nação dividida dentro de si mesma, não pode subsistir".

E nós verificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Brasil hoje é um País dividido. Dividido principalmente no que é mais importante para a sustentação da Democracia e do Poder. Estão aí nas Forças Armadas, eminentes Chefes a se desentenderem e estão surgindo aí as punições. E nós, brasileiros, ficamos apreensivos porque não sabemos mais aonde poderá chegar, a que conseqüências poderão chegar essas divisões.

Nós gostaríamos de que tudo o que se decidisse neste País, fosse o povo o primeiro a dar a sua decisão; e que a decisão do povo fosse acatada por todos. Não importa o Partido político que seja vitorioso nas urnas, o que importa é que o povo seja o vitorioso. Este é o nosso pensamento.

E importa também, para nós, que o País esteja em calma e em paz, que nenhum homem chegue ao Poder pisando no sangue de brasileiros, dos seus irmãos, principalmente.

Viram os Srs., registrando a História do passado, quando Getúlio Vargas chegou ao suicídio para evitar que os companheiros se conflagrassem, que a Nação mergulhasse em sangue. O próprio ex-Presidente Jânio Quadros, segundo consta, renunciou à Presidência da República, para evitar uma guerra civil. Jango Goulart não queria continuar no Poder pisando sobre o sangue dos seus irmãos. E eu entendo, Sr. Presidente, que a maneira como está posta a situação, não há outra solução, se não a renúncia do General Figueiredo à sua condição de candidato à Presidência da República; porque não só os seus colegas de farda acham que ele não tem aptidões para assumir o posto de Presidente da República, como a Nação inteira está assim entendendo.

Aqui está a carta do General Hugo de Abreu, uma das autoridades do Exército Nacional, credenciada para fazer as afirmações que fez e, portanto nós, sabendo que ele tem conhecimento de todos os fatos que se passam neste Brasil e que se passaram, tem autoridade bastante para fazer as afirmações que fez.

Começa ele por esclarecer, na sua carta, o seguinte: "Em março de 1974, aceitei o convite do General Ernesto Geisel para ocupar o cargo de Chefe de Gabinete Militar da Presidência da República, no período de Governo a iniciar-se a 15 daquele mês. Sempre dedicado ao Exército, de cuja atividade nunca me afastara, encarei a nova incumbência de coração aberto, confiado no nome do novo Presidente, com quem eu não tinha maior intimidade, mas cuja fama no Exército era de correção e honradez.

Dentro de meu feito de soldado passei a desempenhar a função com lealdade e franqueza, levando sempre ao Presidente a minha opinião sobre todos os problemas que me chegavam ao conhecimento, sem qualquer idéia de omissão. Este procedimento eu mantive durante os quase quatro anos em que estive no exercício das funções de Chefe do Gabinete Militar.

"Com o tempo, haveria de ocorrer o choque inevitável de minha conduta com as manobras e intrigas do grupo palaciano ligado ao General Golberi. Era natural que aos poucos eu fosse tomando conhecimento e passando a reagir contra as intrigas desse grupo, cujo objetivo principal era dominar o Governo, desinformando o Presidente de modo a mantê-lo prisioneiro de sua influência. Em dezembro de 76, o ambiente no Palácio já se tornando irrespirável. Procurei então alertar

o Presidente contra a campanha de intrigas que estava sendo feita com o objetivo de atropelar o problema da sucessão presidencial, e incompatibilizar o Ministro do Exército — General Frota — acusado pelo grupo de querer impor o seu nome como candidato à sucessão. Como resultado dessa minha atuação ocorreram os pronunciamentos do Ministro e do Presidente, feitos no almoço dos Generais, de 22 de dezembro de 76. O Ministro do Exército renovava a confiança das Forças Armadas no Presidente e este desmentia todas as especulações sobre o problema de sua sucessão e, conforme disse seria por ele encaminhada em data oportuna. Posteriormente o próprio Presidente declarou que só iria tratar da escolha de seu antecessor no ano de 78. No primeiro semestre de 1977, dois acontecimentos marcaram profundamente a vida política do País. O primeiro deles foi a edição do famoso "Pacote de Abril". Alguns dispositivos ali inseridos chocaram profundamente a consciência nacional, como por exemplo: a eleição indireta dos governadores, com auxílio de colégios eleitorais ajeitados para dar vitória à Arena. A introdução dessa verdadeira excrescência, que é o "Senador Biônico"; o inexplicável aumento do mandato do futuro Presidente para 6 anos etc. Convém salientar que as sugestões então apresentadas pelo Chefe do Gabinete Militar, não foram aproveitadas. O segundo acontecimento foi a espantosa declaração de Humberto Barreto, já feito Presidente da Caixa Econômica, de que Figueiredo seria o candidato oficial à sucessão de Geisel. Ele, ao que tudo indicava, não estava autorizado pelo Presidente a fazer tal assertiva, já que este, por mais de uma vez, falou-me dos problemas que tal declaração lhe haviam causado. Pareceu-me à época, mais certo considerar que a afirmação de Humberto Barreto, fazia parte do contexto das manobras do grupo palaciano para ir impondo seu candidato como fato consumado. O ano de 1977 caracterizou-se, também, por uma luta contínua que travei para desfazer as intrigas do grupo palaciano contra o Ministro Frota. Consideravam eles que o Ministro do Exército constituía o principal obstáculo aos seus desígnios de impor à Nação o candidato que haviam inventado.

Com o conhecimento do Presidente, cerrei contato com Frota, procurando servir de elo de ligação entre os dois. Mas, com o correr do tempo, as intrigas foram aumentando, até atingir seu clímax em outubro. No sábado, 8 de outubro de 77, fui chamado pelo Presidente que me comunicou que iria demitir o Ministro do Exército. Procurei mostrar a ele a inconveniência de tal solução e as dificuldades que iria encontrar para convencer o exército de que não se tratava de manobra escusa para favorecer um candidato à sucessão Presidencial.

Pedi a ele prazo até a próxima segunda-feira (dia 10 de outubro de 77) para estudar melhor o assunto.

Na segunda-feira, durante mais de uma hora, expus ao Presidente todas as minhas objeções à idéia de exonerar o General Frota. Iniciei minha exposição dizendo textualmente "que as dificuldades do momento eram muito mais devidas ao procedimento incorreto de Golberi e Figueiredo, do que à conduta do General Frota".

Citei uma série de fatos que justificavam esta assertiva e propus outras linhas de ação que poderiam ser adotadas. Uma solução aventada era a de manutenção do Ministro Frota, conseguindo eu que ele fizesse uma declaração pública, de que não pretendia ser candidato à sucessão de Presidente da República. Estava certo de consegui-la, pois conhecia a posição do Ministro. Após minha exposição, que o Presidente ouviu com toda a atenção, ele declarou que a demissão de Frota nada tinha a ver com motivos políticos, mas que ele, Frota, estava pessoalmente incompatibilizado para continuar como Ministro. Declarou mais, que não tinha ciência de certos fatos que eu estava levando ao seu conhecimento mas queria tomar as



providências necessárias. Afirmei a ele que o Exército de forma alguma aceitaria a demissão do Militar Frota para beneficiar qualquer candidatura à sucessão presidencial, e que portanto, deveria ficar bem claro que não se tratava de tal manobra.

O episódio da exoneração do General Frota é público e creio que pouco tenho a acrescentar ao que se conhece.

Como em todas as outras ocasiões, uma vez decidida a exoneração, apoiei o Presidente com toda a lealdade e tomei as providências para que não houvesse maiores problemas para o Governo. Com o objetivo de evitar interpretação desfavorável do sentido da decisão do Presidente, propus a redação de um comunicado à imprensa, que seria lido por mim, pessoalmente.

Com o compromisso que eu assumira perante a Nação, em nome do Presidente, ficava claro que as tricas de futricas em torno do problema sucessório deveriam ficar esquecidas até janeiro de 1978. Não concordaram com isso, porém, Golberi, Figueiredo e seu grupo. Já no mês de novembro de 1977, voltaram eles a pressionar o Governo e a espalhar notícias falsas, dando conta de que o Presidente já se teria decidido pela candidatura Figueiredo apesar do compromisso assumido no mês anterior.

Na segunda quinzena de dezembro de 1977, a pressão do grupo no sentido de forçar a candidatura tão de seu agrado, aumentou consideravelmente. Toda a intriga e falsidade foram postas a serviço da indicação do homem por eles escolhido. Era preciso dar a impressão ao país de que a escolha de Figueiredo já era fato consumado.

Na segunda-feira, dia 22 de janeiro de 1978, rigorosamente dentro do compromisso assumido pelo Presidente perante a Nação quando da exoneração do General Frota, apresentei um documento no qual analisava o problema sucessório, denunciava a manobra que estava sendo feita e dava minhas razões porque considerava que Figueiredo não podia ser Presidente. Em minha opinião, não tinha ele aptidão para o exercício do cargo, não merecia a confiança das Forças Armadas, não tinha qualquer apoio político ou popular e estava comprometido com grupos econômicos já engajados em sua candidatura. Além de condenar o procedimento adotado e apontar a fragilidade do candidato por eles inventado, salientei que havia muitas soluções melhores, entre as quais citava quatro nomes de militares (Generais de Exército) e dois nomes de políticos de projeção nacional.

Na tarde de 03 de janeiro de 1977 (dia seguinte do da entrega do documento) fui chamado ao Alvorada para conversar com o Presidente. A conversa foi muito amistosa e girou em torno dos tópicos abordados no documento.

O Presidente pareceu-me constrangido diante da impossibilidade de defender uma posição nitidamente indefensável. Após quase uma hora de conversa, ele informou-me, finalmente, já haver escolhido Figueiredo. Retruquei-lhe, de imediato, que eu não poderia continuar como chefe do Gabinete Militar diante dos argumentos que lhe apresentara. Realmente, eu não podia aceitar o processo de escolha, mera imposição, não podia concordar com tal candidato, nem podia me conformar com o fato de não estar sendo cumprido o compromisso assumido pelo Presidente da República, quando da exoneração do Ministro do Exército. O Presidente se comprometera a só tratar do assunto a partir de janeiro de 1978 e, no entanto, escolhera o candidato sem ouvir a opinião de quem quer que seja, antes do primeiro dia útil de janeiro de 1978.

Convém notar que, só após receber meu documento, ele sentiu o problema e resolveu informar os Ministros Militares, cuja opinião sobre tão relevante problema não fora pedida. Deixando minhas funções no Governo, encontrei-me diante de um dilema. Ou me recolhia à vida privada passando para a reserva, ou permanecia na ativa com o objetivo de lutar por todos os meios ao meu alcance. Contra o grupo sem escrúpulos, que queria a todo o custo, manter-se no poder.

A primeira solução era cômoda e nem me poderiam acusar de omissão, já que não concordara com a farsa moldada e lançara meu protesto formal ao renunciar às benesses do poder. A segunda alternativa era quase desanimadora. Importava em iniciar luta desigual contra os donos do poder. Iria jogar na liça toda uma longa vida de soldado e eles fariam tudo para me destruir. Havia, por outro lado, o dever de lealdade para com a Nação. Eu tivera oportunidade de conhecer de perto, os desmandos do grupo palaciano, esse mesmo grupo que se preparava para permanecer no poder. Como não reagir? Minha decisão só poderia ser: enfrentar a luta. Outro procedimento seria covardia. Nunca tive dúvidas de que encontraria tanto na área civil como na militar, pessoas sequiosas de agradar os poderosos do momento, mas também estava certo de encontrar homens de caráter e hombridade. Soldados ou civis, dispostos a lutar a boa luta.

Já disse que o Brasil só será grande se os seus homens de bem tiverem tanta coragem quanto os vilões.

A solidariedade e o carinho com que tenho sido cercado pela grande maioria mostra que o Brasil é e será grande, pois aos seus homens de bem não falta coragem. A campanha de intrigas de que temos sido vítimas, eu e meus companheiros, não nos apavora nem nos deterá.

Julguei porém chegado o momento de me dirigir ao prezado amigo em linguagem de soldado, expondo-lhe como encaramos a situação atual e o que pretendemos.

Inicialmente trata de enfrentar o grupo palaciano a que já tenho me referido e que tanto mal pode fazer ao Brasil. Que pretendem eles tendo conseguido dominar o Governo atual, pretendem simplesmente perpetuar-se no poder. A imposição do nome de Figueiredo visa a colocar na chefia da máquina do Estado, um elemento que esperam poder dominar com facilidade por comprometido que está com todas as manobras pouco dignas, utilizadas para que seu nome pudesse ser submissamente aceito.

Com os seis anos de mandato imposto pelo "Pacote de Abril" pensam conseguir montar uma tal máquina de intimidação, de corrupção e de domínio que nada poderá antepor-se-lhe no futuro.

Seria a realização de seu decantado sonho de "mexicanização do Brasil". Que fazer diante dessa ameaça que pesa sobre a Nação. Estamos certos de que a luta armada não seria uma opção. As experiências que temos tido nas últimas décadas não aconselham solução violenta. Vivemos sob a inspiração da Revolução de 1964 e parece-me que, ao invés de pensarmos em outra revolução, devemos é convocar os revolucionários para nos lançarmos à conquista de alguns de seus objetivos básicos, ainda não atingidos, como a luta contra a corrupção e a defesa das instituições democráticas ameaçadas.

Dentro desta linha de pensamento, resolvemos nos engajar, juntamente com outros revolucionários de primeira linha, na busca de uma saída política para o impasse que está tumultuando a Nação. E confiamos em que a candidatura Euler é uma tentativa válida — talvez a última — para resolver por meios pacíficos o atual impasse. Mas não tenhamos dúvidas: se não soubermos solucionar os problemas que angustiam a Nação e denigrem as Forças Armadas, outros o saberão e, aí sim, correremos o risco de sermos submergidos pela avalanche comunista.

Quero transmitir algumas idéias básicas de como acreditamos poder enfrentar os problemas atuais.

1) — Manter o Exército unido e fora de lutas político-partidárias. Há duas candidaturas de militares da reserva disputando as preferências do Colégio Eleitoral, dentro de regras pré-estabelecidas. Como cidadão, apoiamos uma das candidaturas, mas como soldado, mantemo-nos dentro das regras da hierarquia e da disciplina. Defendemos o princípio de que nossa instituição deve permanecer coesa em torno de sua missão

constitucional, de sua destinação histórica. Repetimos a lição do Presidente Castelo Branco, o grande estadista da Revolução. "Não sendo milícias, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constituídos e sua coexistência" (Circular do EME).

2) — Retomar os ideais básicos da Revolução de 1964. Nós revolucionários tínhamos em mira basicamente a luta contra a subversão, contra a corrupção e pela garantia das instituições ameaçadas. As Forças Armadas cumpriram seu dever e conseguiram conter a subversão. E eu me orgulho de ter contribuído com minha parcela nesta luta. Mas e os outros objetivos? A verdade é que temos institucionalizado o arbítrio e com ele a corrupção mais desenfreada. E, o que é grave, a opinião pública costuma debitar tais desmandos às Forças Armadas.

3) — Dentro dos ideais revolucionários, consideramos básica a luta contra a corrupção. Recusamo-nos a aceitar que não é possível enfrentá-la e nos revoltamos contra uma declaração feita há pouco pelo Governo de que os corruptos não podem ser apanhados porque são inteligentes.

4) — Ainda dentro dos ideais revolucionários, está o restabelecimento do Estado de Direito Democrático; o fim do arbítrio. Este foi utilizado pela Revolução como meio de ação momentâneo, para a defesa da democracia ameaçada. Justificava-se a manutenção do arbítrio diante da intensidade da luta contra o terrorismo, a guerrilha urbana e rural, os assaltos, os justicamentos. Mas esta fase passou. Hoje ele está sendo utilizado para encobrir a corrupção e permitir a chantagem, o suborno e a intimidação. É por isso que, consideramos imprescindível o retorno imediato ao Estado de Direito democrático.

5) — Queremos acabar com a farsa que está sendo intitulada de "eleição indireta". Depois do que houve, estamos convencidos de que só a realização de eleições diretas em todos os níveis pode restabelecer a legitimidade do poder, acabando com o espetáculo vergonhoso da seleção de áulicos e apadrinhados para funções de "governadores de proveta" e "senadores biônicos", sem falar na tentativa de impor um candidato despreparado para o cargo de chefe da Nação.

6) — Queremos acabar com o regime de delação e espionagem em que mergulharam o país. Diz a Constituição que "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas". No entanto, o governo abre nossas cartas e escuta nossas conversas telefônicas, penetrando inclusive na intimidade de nossos lares e fazendo chantagem do que ouviu. Isto é mais que abominável: é puro nazismo.

7) — Queremos maior austeridade nos gastos governamentais. Principalmente nos segundos escalões e nas empresas estatais, há verdadeira orgia e esbanjamento de dinheiros públicos.

8) — Queremos que se dê maior atenção ao problema social. Não há como esconder a realidade das estatísticas que mostram crescente concentração da renda nacional nas mãos de uns poucos privilegiados. Cada vez aumenta mais a área de miséria, inclusive da chamada miséria absoluta.

9) — Queremos a reforma agrária. Não a simples distribuição de terras pregada pelos comunistas, mas a efetivação das idéias do Estatuto da Terra, proposto ao Congresso pelo Presidente Castelo Branco. Uma reforma que permita melhor utilização do espaço agrícola nacional, maior produtividade e melhores condições de vida para aqueles que trabalham no campo.

10) — Queremos enfim, que o Brasil não caia nas mãos de uma oligarquia espúria, perigosamente comprometida com interesses escusos de grupos multinacionais, como Jary, Dow Chemical e outros. Queremos devolver a nação ao domínio de si mesma.

São essas considerações que desejava submeter à meditação do prezado companheiro. São razões que explicam a aparen-

te contradição, de que eu, como cidadão, esteja incursionando na área política, ao mesmo tempo que prego o afastamento das Forças Armadas das atividades políticas. É que estou convencido de estarmos encarando a última opção para resolver por meios pacíficos, o impasse político a que a má-fé de uns e a incapacidade de outros, está levando o país. Cada vez mais o Estado, nas mãos de seus atuais detentores, distancia-se da nação, e caberia aqui a afirmação de Lincoln: "Uma nação dividida dentro de si mesma não pode subsistir".

Com todo o respeito e consideração, aproveito o ensejo para renovar ao prezado amigo minhas manifestações de maior apreço."

Era esta a carta, Sr. Presidente, que eu gostaria que ficasse registrada nos Anais da Casa, do General Hugo de Abreu, dirigida aos seus companheiros de farda. E aqui fica, Sr. Presidente, mais uma vez a nossa apreensão sobre esses fatos, porque o Exército é a última instância para a garantia da lei e do direito.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Havendo declinado, consulto a liderança da Arena se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicito verificação de "quorum" através de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Atendo V. Ex.<sup>a</sup>. Solicito ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Aham-se presentes 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação e sim para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, Emenda à Constituição do Estado do Paraná, lida da tribuna, devidamente apoiada. — **Recebida. Será publicada no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/77, ex-Proposição n.º 163/77 — aprova termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 69/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIÊN, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis



da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 77/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 10/78, ex-Proposição n.º 95/78 — aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-PAR, e o Município de Guairacá, objetivando construção de prédio destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 50/78, ex-Proposição n.º 154/78 — através da Secretaria dos Transportes, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guarapuava, objetivando execução de terraplenagem, pavimentação e obras complementares no aeroporto do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 52/78, ex-Proposição n.º 156/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com participação, interveniência de órgãos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Luiz Roberto Soares, líderes do MDB e ARENA, respectivamente, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa João Paulo I.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Antônio Marussig.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agostinho Szatkoski, ocorrido na cidade de Reserva.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 55.º aniversário da Associação Comercial de Paranaguá.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dirceu Saldanha Muniz, ocorrido na cidade de União da Vitória.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Hermes Lima.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado o aceleração do programa de eletrificação rural no Município de Palmeira.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública consubstanciado em apelo no sentido de ser determinado através daquela Pasta, a instalação de uma Sub-Delegacia Policial no Distrito de Imbaú (Cirol), Município de Telêmaco Borba.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em forma de apelo, no sentido de determinar a instalação de dois postos policiais, um no Conjunto Residencial Mercúrio e outro no Bairro Jardim das Américas, em nossa Capital.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Cultura e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja determinada a construção de um colégio estadual, para funcionamento da 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série, no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a reconstrução de duas salas de aula no Grupo Escolar de Faxinal de São João, Município de Guaraniaçu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a criação da 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série do 1.º Grau, período noturno em uma das escolas localizadas no Bairro do Pinheirinho.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 4, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs: 141/74, 106/77, 24/78, 36, 41, 42, 48, 49, 60, 63, 74, 82, 96, 56 e 72/78.

#### EM VOTAÇÃO:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 55/77, 107/77, 108/77, 167/77, 54/78, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

#### EM VOTAÇÃO —

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 161/77, 180/77, 26/78, 30, 55, 85, 90, 91, 95, 99 e 101/78, e de Resolução n.ºs: 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 98, 105, 62, 63, 64, 67, 79 e 80/78; marcando ainda uma sessão, para quinta-feira, dia 5, às 10,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 175/77, 65/78 e 92/78.

Levanta-se a sessão.